

Referencial de Análise para o Estudo da Relação Trabalho, Mulher e Saúde

Jussara Cruz de Brito*
Vanda D'Acri**

*Pesquisadora Assistente do Cesteh|Ensp|Fiocruz.

**Pesquisadora Assistente do Cesteh|Ensp|Fiocruz, cedida pelo Inamps.

Assim, todo o ser do homem, corporal e espiritualmente, pressupõe o da mulher...

Jung

Até aqui, temos vivido a civilização unisexual, a mulher não passou de espectadora no cenário da vida.

Maria Lacerda de Moura — 1932

(...) A mulher nem patroa, nem escrava, nem femina nem angélica, nem asséptica nem messalina; mas a mulher amante e amada, que, recebendo no seu seio o novo gérmen, maturando-o na dor, consagrando-o com seu sangue, dá à humanidade, o milagre da vida para ela, nela e com ela, eternamente se renovando até o infinito.

(...) doutro lado não queremos tão pouco a mulher máquina, a mulher besta de carga, a chamada governadeira.

Josefina Bertacchi — Terra Livre — 1910



Este texto procura mostrar a importância da abordagem de gênero na construção teórica da área de Saúde do Trabalhador, uma vez que homens e mulheres são expostos a condições de trabalho diferenciadas no processo produtivo. No caso das trabalhadoras, destaca-se a conjugação do capitalismo e patriarcalismo como determinantes da opressão feminina nas relações hierárquicas do trabalho, assim como a responsabilidade social oculta do trabalho doméstico, realizado na esfera do privado, o que distancia a mulher do mundo social e político e gera fortes impactos à sua saúde. Pela divisão sexual do trabalho, são reservadas às trabalhadoras, na indústria, as tarefas mais repetitivas e que exigem grande resistência nervosa — condições que não são

especialmente saudáveis e que implicam um padrão específico de desgaste. Concluímos que são necessárias mudanças nos planos da vida social, além da ruptura das crenças que sustentam a divisão sexual do trabalho, para que se transformem as condições agressivas impostas à saúde dos homens e mulheres, no processo de trabalho.



INTRODUÇÃO

Entender a questão da saúde das trabalhadoras — nas suas raízes — é o desafio que enfrentamos. Nesse terreno, muitos pontos precisam ser considerados: a diferença e identidade feminina (biológica e social), a divisão sexual das técnicas, o trabalho produtivo e reprodutivo, assim como a relação entre o capitalismo e o patriarcalismo, expressa nas formas de controle da produção, segundo a condição de gênero.

A saúde, no seu conceito amplo, não se reduz ao biológico, mas é também o conjunto de fatores ligados às condições de vida, à possibilidade de lazer e de participação significativa no coletivo. Esses fatores apresentam-se diferenciados, conforme o sexo dos trabalhadores. Baseando-nos nessa concepção é que entendemos que, para o estudo da saúde da mulher trabalhadora, é necessário delimitar os condicionantes biológicos — não-redutíveis à fecundação, menstruação, gestação e amamentação — e somá-los à esfera coletiva e social.

O PATRIARCALISMO E O TRABALHO

A diferente alocação dos gêneros na divisão sexual do trabalho reporta ao patriarcalismo como ponto de referência. É importante observar a imbricação dos diversos aspectos que vêm sendo estudados, para se ter uma visão mais totalizante da questão da mulher trabalhadora.

O patriarcalismo, que tem a característica de estabelecer o poder masculino, é resultado de um processo histórico que pressupõe condições ideológicas para seu estabelecimento e manutenção. Nas sociedades patriarcais, o masculino e o feminino são tidos como superior e inferior. Essa construção baseia-se em diversos sistemas filosóficos e nos mitos de origem dos seres humanos construídos por várias civilizações. É da relação patriarcal que o homem emerge como principal ganhador

-pão familiar e a mulher como trabalhadora complementar — tendo na reprodução da família seu principal campo de atividades, partindo daí a própria construção de sua identidade (Pena, 1981).

A família organiza os recursos procriativos da mulher e tanto o trabalho doméstico quanto sua fertilidade consistem em mecanismos de operação de reprodução da força de trabalho e das relações sociais e, portanto, do processo de acumulação capitalista. A sujeição da mulher ao homem não se originou no capitalismo, porém, nesse sistema, tornou-se mais virulenta e devastadora na separação entre espaço público e espaço privado. As mulheres recebiam salários mais baixos que os homens, na suposição patriarcal de que parte de seus custos de reprodução estariam cobertos pelo salário dos homens. Com a expansão capitalista, novas formas de extração de valor desenvolveram-se, utilizando-se a divisão sexual do trabalho como ponto de partida (Pena, 1981).

Para melhor entendimento, Andrée Kartchewsky (1986) cita a necessidade de se encarar a divisão social do trabalho como relação de classes e entre sexos e de se ter a compreensão do trabalho como atividade profissional e atividade da esfera doméstica. Quanto à participação desigual no trabalho de homens e mulheres, diz que a utilização da força de trabalho destina as mulheres às categorias menos remuneradas, acrescentando que esse problema se refere mais ao estatuto social das mulheres do que à sua vinculação a determinada categoria profissional. Tal afirmação é comprovada desde a incorporação da mão-de-obra feminina ao mundo industrial até os dias atuais.

Marilena Chauí (1980: p.61), citando Marx e Engels, na Ideologia Alemã, faz a seguinte colocação: *a divisão social do trabalho não é uma simples divisão de tarefas, mas a manifestação de algo fundamental na existência histórica, a existência de diferentes formas de propriedade, isto é, a divisão entre as condições e instrumentos ou meios de trabalho e do próprio trabalho, incidindo por sua vez na desigual distribuição do produto de trabalho. Numa palavra: a divisão social do trabalho engendra e é engendrada pela desigualdade social ou pela forma de propriedade.*

Assim, da mesma forma que a essência da divisão social do trabalho é a desigualdade, dividindo a sociedade em proprietários e não-proprietários dos meios de produção, a divisão sexual do trabalho distribui os gêneros para atividades desiguais, onde umas são mais valorizadas que as outras, entre o mundo da produção e o da reprodução. A permanência dessa fragmentação entre o mundo do trabalho e o mundo doméstico tem como uma das causas fundamentais a ideologia, que oculta a diferenciação entre a biologia e a

história, privilegiando o papel reprodutivo feminino, em detrimento da sua intervenção no mundo social.

A colocação de Maria Cristina situa esta fragmentação: *No final do século XIX, com a Revolução Industrial, o trabalho passou a ser dividido em duas esferas distintas, de um lado a unidade doméstica, de outro a unidade de produção. A essa fragmentação correspondeu uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho produtivo extraluar, pelo qual passou a receber um salário, enquanto à mulher coube principalmente a realização das tarefas relativas à reprodução da força de trabalho, sem remuneração* (Bruschini, 1982, p10).

Na compreensão da ideologia é que podemos entender a "perpetuação" dessa prática social, pois é na separação entre o trabalho material e o espiritual que a divisão social do trabalho se completa, dando lugar ao nascimento das ideologias, entendidas como um sistema de representações de normas e de regras, separadas das condições materiais, pois os teóricos, ideólogos e intelectuais não estão vinculados à produção material das condições de existência. Dessa forma, como a consciência está indissociavelmente ligada às condições materiais da produção da existência, as relações sociais são apresentadas como coisas em si, existentes por si mesmas e não como consequência das ações humanas. Aparece como um dado natural, necessário e eterno, e não como resultado da *praxis* humana (Chauf, 1980).

Relacionando a ideologia e o trabalho doméstico na sociedade, Maria Cristina Bruschini faz a seguinte constatação: *a ideologia transformou a rígida divisão sexual do trabalho em uma divisão natural, própria à biologia de cada sexo. A mistificação do papel de esposa e mãe concretizou-se mais facilmente na medida em que casa e família passaram a significar a mesma coisa, apesar de na verdade não o serem; enquanto a casa é uma unidade material de produção e consumo, a família é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos. Como afirma Marilena Chauf, a contradição entre a vida doméstica e a vida em família pode, no caso das mulheres, legitimar a naturalidade do trabalho doméstico como se ele fosse um trabalho para a família e não um trabalho da casa e, portanto, um trabalho que já é social* (Bruschini, 1982, p.10).

A discussão em torno do trabalho doméstico envolve a própria necessidade de compreender a sua posição a nível do social, o que ele encobre através dos serviços prestados, isto é, o ocultamento dos seus benefícios, permitindo-nos, dessa forma, ter alguns pontos de reflexão de uma atribuição tão peculiar ao gênero feminino. Para Maria Valeria Pena, o trabalho

masculino e feminino são categorias importantes não em função da natureza técnica, mas em função das relações hierárquicas que envolvem. Sobre o trabalho doméstico, a autora considera-o como uma atividade reprodutiva, pois, através dele, a mulher cria valores de uso, pelos quais trabalhadores e herdeiros sobrevivem rotineiramente.

As mulheres servem duplamente ao capital, através de sua força de trabalho trocada abaixo de seu valor e, também, através do trabalho doméstico, que possibilita que uma massa de trabalhadores chegue diariamente às fábricas, usinas, escritórios, lojas e armazéns (Pena, 1986). Ao pensar a produção e a reprodução como interligadas, Daniele Combes, (1986, ps. 24 e 25) diz que “em toda formação social coexistem uma produção social de bens e produção de seres humanos... a produção e reprodução são indissociáveis, não se pode pensar uma sem a outra, uma é a condição da outra”.

Pensar o trabalho doméstico nos remete a alguns pontos que precisam ser aprofundados, tais como: o *locus* feminino construído na sociedade, pelo imaginário social, no qual se tem a *definição básica da mulher como pertencente a uma dinâmica alheia, como ser do lar, da família, do casamento, da maternidade* (Paoli, 1985, p. 86), como um ser cuja identidade está dada, determinada socialmente para essas funções, uma identidade que não precisa ser desenvolvida.

Quando Pena diz que o trabalho doméstico está no cerne da opressão feminina, entendemos que isto diz respeito ao fato de ser uma responsabilidade individual, familiar, que não se pode abstrair, necessária aos seres humanos, aos trabalhadores, uma responsabilidade social oculta, que o sistema econômico não pode dispensar e que permanece ao nível do privado.

Marilena Chauí usa o conceito de Hanna Arendt, para quem o espaço do privado é o espaço da privação e não da privacidade e da intimidade, *privação da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, a existência política* (Chauí, 1985, p. 33). A autora refere-se ao lugar dos trabalhadores na sociedade atual como pertencente a este espaço.

A alocação do trabalho doméstico na esfera do privado coloca a mulher numa dupla opressão, a de cidadã, como trabalhadora, e a de gênero feminino, como responsável pelo trabalho da casa, que a distância da produção, da vida social e política.

Sabemos da dificuldade de se refletir sobre o trabalho doméstico. Pode ser fonte de prazer em sua realização, na opção de fazer seu próprio alimento ou da família, na organização e arrumação da casa, no cuidar das crianças. Apresenta-se de diferentes for-

mas, ou seja, a penalização para as mulheres dependerá da classe social a que pertence, do número de pessoas para auxiliá-las, dos aparelhos eletrodomésticos que dispõem para a execução das tarefas e, principalmente, do número de pessoas na família, e a faixa etária delas, como crianças e pessoas idosas. Portanto, o impacto deste trabalho tem uma interferência decisiva na vida pessoal e profissional das mulheres, afetando sua saúde, sobretudo pela configuração de uma dupla jornada.

Do que foi exposto a respeito da função social do trabalho doméstico fazemos algumas reflexões. Ele pode ser uma atividade a ser dividida entre homens e mulheres e não apenas um atributo feminino, construído ideologicamente. Quanto à sua natureza social, na proposta apresentada por José Oiticica (1983) relativa a uma comuna anarquista, há a referência aos cuidados com a casa e com as crianças como preocupação do social — incluindo aí as cozinhas e as lavanderias coletivas, o que poderia contribuir para modificar o distanciamento das mulheres, do mundo da produção, do mundo político e social e, principalmente, possibilitar melhores condições de saúde para as trabalhadoras.

Portanto, a realização feminina não se dá apenas no mundo da reprodução, mas através da sua atuação na sociedade e do seu desenvolvimento pleno como pessoa, uma luta comum aos dois sexos.

OS “GUETOS” FEMININOS

Um dos fatores que condiciona a saúde da mulher é a sua posição no processo de produção — o posto de trabalho que ocupa. Essa abordagem inscreve-se no entendimento de que os perfis de morbi-mortalidade são determinados pela relação capital/trabalho, segundo as diferentes classes sociais e suas frações, bem como em função do sexo da força de trabalho. Como diz Kergoat (1982):

A organização técnica e social do trabalho varia segundo se trate de uma fábrica de homens ou de uma fábrica de mulheres e, mais do que isso, as relações de força capital/trabalho não são as mesmas, segundo o trabalho se conjugue no feminino ou masculino.

A definição da área de “Saúde do Trabalhador” implica, em primeiro lugar, o estudo e a atuação prática referentes às múltiplas situações que afetam as condições de saúde dos trabalhadores e que são produzidas pelas condições e processo de produção (determinantes do processo saúde/doença) (Tambellini et alii: 1987). Homens e mulheres são afetados por situações diferenciadas nos processos produtivos e, portanto, a questão

de gênero deve ser vista como um elemento fundamental na elaboração do marco teórico e metodológico dessa área de conhecimento. Se o trabalhador brasileiro está exposto a um quadro sanitário perverso no seu ambiente de trabalho, às mulheres não estão reservadas alocações particularmente saudáveis e isentas de risco à sua saúde.

Ao contrário, como resultado da idéia tão difundida de que mulheres e homens não podem realizar tarefas iguais devido às diferenças biológicas, ambos os sexos tornam-se oprimidos nas suas possibilidades de expressão e encontram-se aprisionados em padrões específicos de desgaste. Os guetos femininos e masculinos são exatamente os setores de produção e os postos de trabalho, em diversos setores, que concentram pessoas do mesmo sexo. As trabalhadoras parecem ser as maiores vítimas dessa forma de segregação, muitas vezes com a justificativa de que estão excluídas de tarefas danosas à sua saúde.

No entanto, como nos adverte Messing (1987), *o mito de que a alocação nos postos de trabalho respeita as características biológicas serve aos empregadores para justificar baixos salários e tarefas entediantes para as mulheres e a exposição dos homens aos altos riscos e condições assustadoras de trabalho*. Percebe-se, com essa observação, a necessidade de se considerar os grupos sexuais na pesquisa em Saúde do Trabalhador, pois a lógica da divisão sexual do trabalho interfere diretamente nas condições de vida e trabalho das pessoas.

Podemos aqui lembrar do Taylorismo e do Fordismo, como sistematizadores e divulgadores de princípios que orientam até hoje a sociedade industrial e, por serem apontados como inquestionáveis e científicos, dificultam a visualização dos conflitos nos processos de trabalho. Com o Taylorismo se estabelece a seleção das "pessoas certas para os postos certos", além de seu treinamento apropriado (ou reduzido). Com o Fordismo esse ideal é perseguido, com mais determinação, pelos princípios da "economia de pensamentos e movimentos" e da "decomposição" dos corpos quanto à sua funcionalidade, no aproveitamento das partes (muito) produtivas de deficientes, o que os tornaria mais precisos e rápidos. Essa fragmentação de atributos e de corpos, que só beneficia a produção, atinge claramente as identidades feminina e masculina.

Entender o trabalho feminino pode ser o ponto de partida para desvendar a dinâmica da divisão e opressão dos seres, a partir de sua identidade sexual. Vejamos, então, o que acontece com a mulher.

No Brasil, mais da metade da população feminina economicamente ativa está concentrada nas funções de trabalhadoras rurais (22,9%), de escritório (12,4%),

de empregadas domésticas (9,8%) e como costureiras (6%) (IBGE). São categorias profissionais que guardam características próximas ao trabalho doméstico — poderíamos mesmo dizer que são variantes ou extensões deste. Muitos autores se reportam à constatação que o trabalho doméstico, em vários países da América Latina, América do Norte e Europa, é a principal base de formação das mulheres para o trabalho assalariado (Shaw, 1981). O vínculo entre o trabalho doméstico e o assalariado está nas habilidades desenvolvidas no âmbito da casa e utilizadas no escritório, na indústria, e na agricultura, sendo consideradas habilidades naturais femininas e não qualificações adquiridas durante anos de experiência numa “escola” informal e que não dá diploma:

A utilização da mão-de-obra feminina é em função de sua inserção específica na esfera da reprodução. (...) A fábrica recruta as operárias muito jovens, com fraca bagagem escolar, porém já com grau de formação doméstica. Se elas adquirem uma formação profissional, é nas escolas de costura ou culinária que recebem sua iniciação nos ramos correspondentes e uma disciplina, habilidade e gosto pelo trabalho muito apreciado nas indústrias mecânicas e elétricas (Shaw, 1981).

De qualquer maneira, a destreza manual (precisão motriz, agilidade digital e delicadeza gestual), a monotonia e a atenção a vários sinais (controle visual, auditivo e tátil), entre outros exemplos, são exigências predominantes no trabalho feminino — doméstico ou assalariado. Entendê-las como competências naturais das mulheres é um passo certo para desvalorizar o trabalho feminino, para a manutenção de divisão sexual do trabalho e para mascarar o desgaste gerado nessas condições. Na indústria, a postura estática, a cadência elevada, as tarefas muito parceladas, exigindo grande resistência nervosa, com duração limitada do ciclo de trabalho, utilização de pequeno número de músculos e pouca amplitude de movimentos, são constantemente encontradas nos postos de trabalho ocupados pelas mulheres (Shaw, 1981).

Para uma mesma classe profissional (OE — operários/as especializados/as e OQ — operários/as qualificados/as), uma enquete do Ministério do Trabalho da França indica que a carga de trabalho varia sensivelmente segundo sexo, como mostra a tabela seguinte (Kergoat, 1987, p. 42):

INDICADORES DA ORGANIZAÇÃO E CARGA DE TRABALHO	Homens OE	(%) OQ	Mulheres OE	(%) OQ
Trabalho em linha de montagem	7,7	2,2	26,5	15,0
Ritmo de trabalho imposto pelo movimento automático de um produto ou de uma peça	7,1	—	16,5	—
Ritmo de trabalho imposto pela cadência automática de uma máquina	14,8	—	25,7	—
Ritmo de trabalho imposto por normas de produção	18,1	16,0	29,0	26,0
Repetição diária de uma série de gestos ou de operações	33,5	20,7	68,6	48,2

Ao compararmos os índices, que expressam situações de quase imobilidade e repetição de movimentos iguais na execução das tarefas, ficam evidentes as diferenças da participação dos sexos nos processos de trabalho, mesmo quando se trata do mesmo grupo de profissionais. Sabe-se que a repercussão, a nível biológico, do trabalho muscular estático está relacionada à fadiga, pela contração e ausência de relaxamento dos mesmos músculos. Por outro lado, não poderíamos deixar de focalizar o sentido disciplinar que existe no controle e robotização do corpo, com a redução da possibilidade de movimentar-se com liberdade e espontaneidade. É a dominação capitalista da sexualidade, em última instância: a sujeição das mulheres através do corpo e através da hierarquia. Relatos de trabalhadoras do setor de embalagem de uma importante indústria de produtos químicos do Rio de Janeiro apontaram essa "contradição": enquanto todas as funcionárias do setor são mulheres, a chefia é composta por homens.

Mesmo com mudanças tecnológicas, a divisão sexual do trabalho permanece: pela apropriação da esfera tecnológica pelos homens e a construção social do feminino como incompetente tecnicamente (Hirata e Rogerat, 1988). A mão-de-obra feminina diminui, progressivamente, nos setores de confecção e amplia-se em outros, como, por exemplo, na metalurgia. Mas as novas tecnologias não suprimem o interesse pelas qualificações obtidas na esfera doméstica: *a capacidade de atenção e vigilância, ligada a uma certa capacidade de passividade são necessárias dentro de certos postos automatizados femininos* (Hirata e Rogerat, 1988).

A interessante análise citada por Capra (1988, p. 183), sobre a afinidade entre feminismo e ecologia, revela outra face do domínio *Yang* da tecnologia, implicando concepções tecnológicas perversas:

Fiquei muito impressionado com essa análise, que expõe um elo crucial e assustador entre a ciência mecanicista e os valores patriarcais, e pude perceber o tremendo impacto do “espírito baconiano” em todo o desenvolvimento da ciência e da tecnologia modernas. Desde o tempo dos antigos, as metas da ciência sempre haviam sido a sabedoria, a compreensão da ordem natural e a busca de uma nova vida em harmonia com essa ordem. No século XVII, porém, essa atitude transformou-se radicalmente na atitude oposta. A partir de Bacon, o objetivo da ciência tem sido o de um conhecimento que possa ser usado para dominar e controlar a natureza, e hoje tanto a ciência quanto a tecnologia são usadas predominantemente para fins deletérios, nocivos e profundamente antiecológicos. (...) Desde a ascensão da ciência mecanicista, explicou Merchant, a exploração da natureza tem se processado lado a lado com a exploração das mulheres. Assim, mediante a antiga associação entre mulher e natureza, podemos estabelecer um elo entre a história das mulheres e a história do meio ambiente, um elo que mostra o parentesco natural entre o feminismo e a ecologia.

Estudos de casos com categorias específicas têm contribuído para se desenhar um quadro mais detalhado sobre as condições de trabalho, segundo o sexo. A “falta de identidade do que é feito”, associada à exigência de disponibilidade constante, paciência, silênciosidade e autocontrole, à sensação de enclausuramento e de espaço invadido e à subordinação a muitos, foi a imagem construída pelas funcionárias de escritório de uma instituição governamental, do Rio de Janeiro (Brito e Almeida, 1990). A produção do trabalho doméstico — os resultados e produtos sociais gerados — não é assimilada por esse grupo, embora seja frequente a extensão de jornada nos períodos noturnos, fins-de-semana e feriados. A vivência da maternidade, da gravidez e, principalmente, da amamentação, muitas vezes parece não ser plena, como se o trabalho “de fora”, necessariamente, implicasse a negação desses trabalhos femininos. Está implícita uma condição de opressão interiorizada — “ou eu sou mulher ou sou trabalhadora” — e uma inferiorização dos seus atributos.

Essa reflexão leva-nos a pensar no problema da constituição do coletivo formado pelas trabalhadoras

— grupo sexuado — a partir de um enfoque de Hirata e Kergoat (1987, ps.5-6).

Chegamos aqui a um problema essencial e sobre o qual pode-se articular uma reflexão conjunta da psicopatologia do trabalho/divisão sexual do trabalho: trata-se da hipótese segundo a qual as mulheres, negando o grupo, negam-se a si mesmas como sujeito. As mulheres operárias não-qualificadas, por exemplo, como os homens operários não-qualificados, desvalorizam seus conhecimentos e seu savoir-faire e, simultaneamente, se autodesvalorizam (...) Mas no caso das mulheres acrescenta-se a isso uma autodesvalorização enquanto sexo. Tudo se passa em realidade como se fosse apenas diferenciando-se das outras mulheres (...) que elas conseguissem afirmar sua identidade individual: eu não sou como as outras. (...) É por isso que dizemos que a autodesvalorização enquanto sexo é ainda mais complexa que a autodesvalorização enquanto operário (a), porque significa de certa maneira e negação de si mesma. Há nisso algo de esquizóide: a personalidade é quebrada, dividida, e a dor secretada não pode não ter conseqüências sobre a saúde mental.

Sem reconhecer-se no grupo sexuado, as trabalhadoras convivem com a dificuldade de reconhecer problemas patogênicos que lhes são comuns, oriundos do processo de trabalho e das características biológicas. Distúrbios articulares (entre eles a tenossinovite) e visuais são correlacionados às tarefas repetitivas e estáticas reservadas às mulheres, com manipulação rápida de instrumentos e excessiva demanda de visualização. O controle emocional das recepcionistas e das telefonistas tem sido identificado como geradores de ansiedade (Wisner, 1987). Várias ocupações femininas requerem o carregamento de pesos e grandes esforços físicos, como, por exemplo, na enfermagem, no setor rural e o próprio trabalho doméstico (Apesar do mito do trabalho leve!). Sabe-se que, entre outros fatores prejudiciais à mulher grávida, o transporte de pesos, os esforços físicos dinâmicos e repetitivos e as vibrações podem causar partos prematuros e abortos. Há correlações entre distúrbios menstruais e a cadência elevada e vibrações. O ruído excessivo pode lesar o ouvido do feto. Além disso, uma série de agentes agressivos pode prejudicar o feto: o benzeno, o chumbo e o mercúrio são teratogênicos. As radiações ionizantes podem, também, causar mal-formações em vários órgãos do corpo do feto e até a morte. Diversas substâncias químicas passam pelo leite materno e são ingeridas pelo neném.

Esses e outros dados, ainda que bem dispersos, mostram os efeitos que as condições de trabalho podem ter sobre a saúde da mulher. Notamos que parte desses efeitos estão ligados a determinadas fases do ciclo feminino. Por outro lado, os padrões cíclicos dos homens — sono, ritmo cardíaco e produção de hormônios sexuais — também são afetados pelas condições de trabalho, como, por exemplo, pelos turnos alternantes. Muitas substâncias teratogênicas são também mutagênicas (modificam esperma e óvulo) e cancerígenas, prejudicando homens e mulheres. Essas considerações colocam em cheque a existência dos guetos femininos (Messing e Reveret, 1983). Por que não lutar para que todos os locais de trabalho sejam saudáveis e acessíveis a todos?

CONCLUSÃO

Este texto pretende ser uma síntese do que consideramos importante em torno da questão saúde, mulher e trabalho. Dessa forma, além de subsídio teórico à análise do tema, fornece elementos de reflexão para continuidade das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no Cesteh.

Pensar a saúde da mulher trabalhadora pressupõe situar as mudanças não só nas relações de trabalho, mas em todos os planos da vida social — nas relações familiares, na modificação do imaginário burguês da imagem feminina, nas relações do cotidiano —, no sentido de contribuir para o questionamento do patriarcalismo. Isto significa considerar sua emancipação total, sua plena realização enquanto pessoa, através da atuação no mundo, contra os preconceitos que lhe dificultam o desenvolvimento.

Essa busca atinge, também, as questões coletivas presentes no processo de trabalho. Escondidas pela — aparentemente “natural” — divisão sexual do trabalho, encontramos formas sutis de exploração dos trabalhadores. Homens e mulheres ocupam posições tipificadas e polarizadas na produção, e a aceitação disso como decorrente das diferenças sexuais impossibilita a maior realização e a percepção das diversidades nas formas de desgaste, segundo os sexos. Por outro lado, é fundamental reconhecer a identidade feminina, o direito e o prazer de gestar e amamentar e suas condições biológicas específicas, não como fatores de discriminação e exclusão, mas como condições essenciais, que devem ser respeitadas pelo mundo do trabalho.

Pesquisar a saúde da mulher trabalhadora corresponde a um caminho para se enxergar problemas pouco evidenciados da relação saúde/trabalho, questionando vários planos da existência, rumo à melhoria do nível geral de vida de homens e mulheres.

The present paper aims at showing the importance of the gender approach in the theoretical construction of the field of worker's health since men and women are exposed to different work conditions within the productive process. In the case of female workers, we point to the liaison of capitalism and patriarchy as determinants of women's oppression in the hierarchical relationships of labor as well as to the hidden social responsibility of the housework, which is carried out in the private sphere thus keeping women distant from the social and political world and generating strong impacts on their health. According to the sexual division of labor, female work in industry is restricted to rather repetitive tasks that require a great nervous resistance — not especially healthy conditions that lead to a specific consuming pattern. We concluded that changes should occur in the social life schemes, besides breaking with the myths that support the sexual division of labor, so that the aggressive conditions imposed on men and women's health in the work process can be altered.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desse texto se deve muito à contribuição de Regina de Almeida e Rosane Meister, durante o período que trabalharam como pesquisadoras no Cesteh, pelas reflexões conjuntas no desenvolvimento das pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, Jussara e ALMEIDA, Regina. O Trabalho Feminino nos Escritórios: *Estudo de Caso, Segundo uma Perspectiva Sexual da Ergonomia*, Rio de Janeiro, 1990.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fílvia. A Mulher e o Trabalho. In: _____, org. *Trabalhadoras do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, Fundação Carlos Chagas, 1982. págs. 9-22.
- CAPRA, Fritjof. *Sabedoria Incomum: Conversas com Pessoas Notáveis*, São Paulo, Editora Cultrix, 1988.
- CHAUL, Marilena. *O que é Ideologia*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

- CHAUF, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: CARDOSO, Ruth, et al *Perspectivas Antropológicas da Mulher* n.º 4, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- COMBES Danièle, HAICULT Monique. Produção e Reprodução: Relações Sociais de Riscos e de Classes. In: *O Sexo do Trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. pág. 23.
- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. *Divisão Sexual e Psicopatologia do Trabalho*. Trabalho apresentado ao IX Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1987.
- e ROGERAT, Chantal. Technologie, Qualification et Division Sexuelle du Travail. *Revue Française de Sociologie*, 1988.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. Trabalho Feminino, Trabalho das Mulheres; Forças em Jogo nas Abordagens dos Especialistas. In: *O Sexo do Trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. págs. 13-22-43.
- KERGOAT, Danièle. *Les Ouvrières*. Ed. Le Sycomore. Paris, 1982.
- MERGLER, Donna; BRABANT, Carole; VÉZINA, Nicole; MESSING, Karen. The Weaker Sex? Men in Women's Working Conditions Report Similar Health Symptoms. *Journal of Occupational Medicine*, v. 29, n.º 5, 1987.
- MESSING, Karen. Do Men and Women Have Different Jobs Because of Their Biological Differences? *International Journal of Health Services*, v. 12, n.1. 23.
- e REVERET, Jean-Pierre. Are Women in Female jobs for Their Health? A Study of Working Conditions and Health Effects in the Fish-Processing Industry in Quebec. *International Journal of Health Services*, V. 132, n.º 14, 1983.
- OITICICA, José. *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*. São Paulo, Econômica Ed., 1983. pág. 124.
- PADLI, Maria Célia. Mulheres: Lugar, Imagem, Movimento. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* - 4, Rio de Janeiro, Zahar, 1985. pág. 63 - 99.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença Feminina na constituição do Sistema Fabril*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- SHAW, Chislaine. *Le Travail des Femmes: Elements pour une Recherche Ergonomique* D.E.A., Paris. Ergonome de L'ingénieur, 1981.
- TAMBELLINNI, Anamaria et al. *Notas Sobre o Trabalho Feminino*, Rio de Janeiro, 1987.
- WISNER, Alain, *Por Dentro do Trabalho: Ergonomia: Método e Técnica*. São Paulo. Oboré, 1987.